

Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005

Dívida de Sangue. Queixas orçamentárias e declínio de produtividade agrícola na guerra dos cabanos (Alagoas – Pernambuco/ 1832 – 1835)

Janaina Cardoso de Mello¹
Doutoranda em História Social – UFRJ

“Ao Ministro do Império, comunicando que a Província está em paz e que os rebeldes de Panelas, e Jacuípe, tem feito força sobre os nossos postos á margem do Rio Unna, e infelizmente pelo temor dos proprietários, que tem abandonado seus Engenhos, e Cazas, elles se tem apoderado dessas Propriedades, em que tem achado reforço de munição de boca”

(Ofício do governo de Pernambuco na presidência de Manuel Zeferino dos Santos ao Ministro do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro em 15-12-1832)²

As correspondências e ofícios trocados pelos governos provinciais de Alagoas e Pernambuco e em sua interlocução com o governo regencial na Corte abrangendo o período de 1832 a 1835 revelam um modelo de insurreição agrária que aterrorizou o sistema de *plantation* açucareira destinado à exportação.

A guerra dos cabanos foi basicamente uma insurreicionalidade realizada pela massa popular dos campos e matas do sul de Pernambuco e norte de Alagoas. Uma massa composta de índios aldeados, brancos e mestiços livres que viviam em regime de moradores e lavradores nas periferias dos engenhos e negros fugidos dos plantéis, que organizando mocambos mistos, travavam com as forças militares provinciais um confronto fundamentado em táticas de guerrilha apreendidas nos tempos das invasões holandesas na região. Seus ataques e recuos para as matas com “trilhas quase intransitáveis” tornavam a repressão legalista ineficaz.

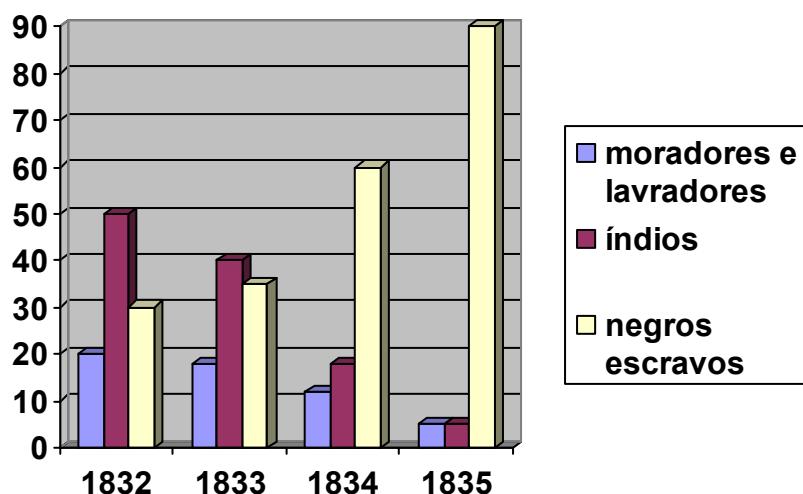
No gráfico 1 observa-se que a composição social e étnica do movimento cabano variou entre os anos de 1832 e 1835. Em 1832 houve uma maior participação da população indígena que compunha o aldeamento de Jacuípe, devido ao assassinato do capitão-mor

¹ Professora Assistente de História do Brasil na Fundação Universidade Estadual de Alagoas (FUNESA/ESPI)

² A citação faz parte das transcrições que compõem o acervo documental do pesquisador Manuel Correia de Andrade compreendendo sua pesquisa na seção de manuscritos da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco. O referido material, gentilmente cedido pelo autor, encontra-se sob minha guarda pessoal.

dos índios Hipólito Nunes Barcelar³, fato que desencadeou uma resposta coletiva violenta contra os engenhos e marcou o início da participação indígena na guerra cabana. No ano de 1833 visualiza-se uma inserção maior de escravos levados à guerra por seus senhores, como no ano anterior, ou como fugitivos dos plantéis de açúcar. Já em 1834 os negros “papa-méis” (na fala regional exclusivamente fugitivos) tornam-se a quase totalidade dos participantes efetuando ataques aos engenhos para libertação de outros escravos. Nota-se também que há uma redução progressiva do número de índios, moradores e lavradores a partir de 1834 e isso ocorre devido à escassez de recursos nas matas com a destruição dos roçados de milho pelas topas legalistas, às epidemias, à intensificação da repressão militar com as “expedições batedoras das matas” e as propostas de anistia com oferecimento de roupas, alimentos, remédios, sementes e instrumentos para o cultivo da terra no governo provincial de Pernambuco de Manuel de Carvalho Pais de Andrade. Os negros papa-méis estavam excluídos dessa negociação, pois para eles só restaria o retorno à condição escrava na *plantation*, por isso permanecem no combate mesmo após o término oficial deste, vivendo em mocambos no Riacho do Mato até 1850 quando Vicente Ferreira de Paula é preso.

Gráfico1: Composição dos cabanos (%) envolvendo moradores e lavradores (livres), índios e negros (1832-1835).



Fontes: Dados preliminares coletados na pasta de documentação das Diretorias Parciais dos Índios (1820/1872), março 39, est. 11; nos Livros de Registro da correspondência dirigida a diversas autoridades provinciais, 1831/1833, L – 110, E – 21, L – 121, E – 20, L – 139, E – 20 constantes do Arquivo Público de Alagoas; na documentação jurídica relativa à escravidão (1805 – 1987) do Arquivo do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Porto Calvo – AL; nos índices sobre trabalhadores livres em Pernambuco presentes no Acervo Manuel Correia de Andrade (conforme nota 2).

³ Segundo Dirceu Lindoso: “Hipólito Nunes Barcelar tinha grande prestígio não só entre os índios como entre a população de vizinhos da aldeia, possivelmente moradores das terras de engenhos e das matas”. In: *A utopia armada. Rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832 – 1850)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.140

De início a revolta foi capitaneada por uma classe de senhores de terra como Domingos Lourenço Torres Galindo (ex-Capitão-mor da vila de Santo Antão e proprietário nas proximidades da povoação de Bonito), Manuel Afonso de Melo (da região de Uma), Antonio Timóteo (pequeno proprietário em Panelas do Miranda) em Pernambuco; João Batista de Araújo (de Barra Grande) e Alexandre Gomes de Oliveira (diretor do aldeamento de índios de Palmeira) em Alagoas.

Esses homens com inserção na sociedade enquanto participantes da categoria de “homens bons”⁴ proclamavam o discurso de restauração do trono à D. Pedro I em clara oposição ao governo liberal moderado instalado nas províncias e Corte. Elaboraram um levante que deveria ser vitorioso em poucos dias, porém o prolongamento e a natureza rústica do confronto, submetendo-os a uma vida penosa embrenhada nas matas, enfrentando inimigos armados e insetos, alimentando-se de frutos silvestres, tendo seu vestuário esgarçado por causa dos espinhos e galhos, fizeram com que essas lideranças oriundas de um cotidiano de privilégios e luxos fossem facilmente capturadas, mortas em combate ou em desespero buscassem a rendição às tropas governistas.

A partir de 1834, a guerra dos cabanos assume sua feição eminentemente popular sob a liderança do mulato Vicente Ferreira de Paula. Situação esta que propicia a intensificação do medo branco frente à ameaça cabana às suas propriedades e à própria ordem que se acreditava hegemônica até a conflagração:

“(...) a Província das Alagoas tem padecido bastante; porque saindo de repente das matas, atacão allgumas voltão para as matas com os roubos; e quando se lhes finda o que trouxerão, repetem o mesmo em outras, sem que se possa prever qual delas deva ser acomettida, e assim vão continuando esta desastrosa, e devastadora guerra; pois que no pouco tempo em que estão de posse alguã propriedade, roubão gados, entregão as chamas os edifícios e os destroem; dando a morte a todos que encontrão, e que não os querem seguir: são verdadeiramente hordas de salteadores bárbaros”⁵.

Assim, a estrutura agrária escravista que compunha desde o período colonial uma sociedade patrimonial, em essência patriarcal e rural, cujo centro era o complexo “casa-grande/ senzala” assistiu à transferência ou deslocamento de um grande contingente de trabalho para fora de seu espaço de reprodução. Isto é, o escravo abandonava a condição de trabalhador na *plantation*, tornando-se um proto-camponês mocambeiro nos arraiais cabanos. Concomitantemente o índio abandonava a aldeia para ocupar um lugar na insurrecionalidade das matas, desertando das funções que lhe foram designadas pelo Estado Imperial. O mesmo ocorria com moradores e lavradores ao abandonarem suas atividades nos engenhos de açúcar, aderindo à cabanada sem o consentimento senhorial.

⁴ Brancos, possuidores de liberdade, propriedade e direitos políticos.

⁵ Ofício do governo de Pernambuco de Manuel Zeferino dos Santos ao Ministro da Guerra Antero José Ferreira de Brito relatando a situação e andamento da Guerra em 15-04-1833). Conforme nota 2.

Eram braços a menos que implicavam no declínio da produtividade agrícola justamente numa lógica econômica que se baseava na apropriação do trabalho alheio (de escravos, moradores, lavradores e índios), e apropriava-se por direito do produto do trabalho alheio. De acordo com as observações de Dirceu Lindoso:

“Aos senhores deviam ser concedidos os privilégios: possuir terras e escravos, ser donos de engenhos de açúcar, possuir uma milícia rural e aplicar a justiça sesmeira aprovada pelas Ordenações do Reino e outros códigos de justiça”⁶.

Porém, a guerra cabana representa uma interrupção compulsória no direito senhorial, num processo “de baixo para cima”, no qual as camadas populares em estado aguerrido isentam-se ao pagamento de “meia-terça”⁷, do trabalho nos canaviais e nos roçados de subsistência cujos víveres transitavam entre a senzala e a casa grande. Além do fato de fundamental importância de que os saques e incêndios contra os engenhos representavam não apenas a subversão da ordem dominante, mas a apropriação por inversão e destruição do patrimônio senhorial.

Nesse contexto, vários senhores de engenho tornavam-se paradoxalmente aliados dos cabanos fornecendo víveres para que suas propriedades não sofressem a violência de ataques surpresas⁸.

Esse movimento insurrecional a despeito de sua diversidade étnica e social consegue aglutinar um contingente significativo em prol de demandas sociais como: terra, liberdade, justiça, religiosidade plural. Busca formas alternativas de exercer uma “cidadania possível” no exterior do sistema econômico exportador, demonstrando a capacidade de autonomia dos oprimidos em transformarem as funções que lhes confere a sociedade tradicional ou os domínios, de natureza subalterna e alienatória, num desempenho contestador que permite a formação de sua identidade de pobres das matas.

Dessa forma, os governos provinciais aterrorizados com a perspectiva de uma “guerra eterna”, devido ao prolongamento de um conflito que imaginavam as autoridades ser “de pouca monta” e de rápida dispersão pelas forças governistas, retratam em sua correspondência os prejuízos financeiros decorrentes da cabanada: “He para lamentar que tanto dinheiro se tenha gastado, e derramado tanto sangue, e que homens quaze selvagens tenhão achado meios de nos cauzar tão grandes males”⁹.

⁶ Dirceu Lindoso. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió/São Paulo: Catavento, 2000. p.177

⁷ Os moradores e lavradores investiam uma parte do tempo de trabalho nas terras do proprietário como pagamento por utilizarem seu tempo “livre” para cultivar culturas próprias. Era semelhante à corvária.

⁸ Segundo Lindoso: “Nesse momento o coronel Joaquim Jozé Luiz de Souza tomou sérias medidas de punição militar aos senhores de engenho que se mostrassem omissos ou se recusassem a prestar auxílio às topas provinciais sob o seu comando. Nas Alagoas a família Mendonça foi posta sob suspeição”. In: Dirceu Lindoso. *A utopia armada. Rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832 – 1850)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.412

⁹ Ofício do governo de Pernambuco na presidência de Manuel Zeferino dos Santos ao Ministro do império Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho sobre a morte de Carapeba e a guerra de Panelas, em 25-05-1833, conforme nota 2.

Gastos militares, comunicados diretamente ao Ministro da Guerra Antero José Ferreira de Brito, indicando como custos à Pagadoria da Província no período de agosto de 1832 e fim de junho de 1833 a quantia de 170:988\$12 réis relacionadas às sedições do interior.¹⁰

Os destinos desse conflito ao norte do país não deixavam de preocupar as autoridades da Corte que temiam um acirramento das rivalidades e suas propostas separatistas articuladas a países europeus como a França¹¹:

“O Governo do Senhor Dom Pedro Segundo me determinou leve ao conhecimento desta Augusta Câmara, que as Províncias do pará, Maranhão, Ceará, Piauhy, Rio grande do Norte, Parahiba, Pernambuco, Alagoas, e Rio Grande de São Pedro do Sul forão obrigadas a armarem-se, e fazer marchar expedições; a última dellas para cubrir a sua Fronteira, e impor respeito aos Estados vizinhos, agitados pelos partidos, e as que a precedem para debellar os facciosos no seu interior; com isto devem ter feito despezas que excedão à quantia do seu respectivo Orçamento: tudo será presente a esta Augusta Câmara, logo que o Governo tenha recebido as informações, e contas”¹².

Ainda nas correspondências trocadas entre o presidente da Província de Pernambuco Manuel Zeferino dos Santos e o Ministro do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro encontram-se queixas quanto aos insucessos da repressão governista de Alagoas aos cabanos. Rela-se que Pernambuco estaria arcando com o ônus de combater o contingente aguerrido nas duas províncias sem possuir, contudo homens suficientes para compor as tropas de linha. Isto porque estas provêm de recrutamentos entre civis que abandonam o campo de batalha em função das privações que sofrem suas famílias em decorrência de sua prolongada ausência no trabalho agrícola¹³.

Também se faz referência à “fome de farinha”, uma vez que o inverno do ano anterior havia contribuído para o apodrecimento do produto que servia de base alimentar às tropas e por isso estaria havendo uma especulação nos preços do produto fornecido aos militares: “(...) de forma q. o preço de hum alqueire nos lugares vizinhos aos das operações da tropa sobio já a doze mil e oitocentos réis, e nesta cidade está a 9\$600 réis; e assim mesmo mui pouca apparece, e essa pouca trazida de fora”¹⁴.

¹⁰ Ofício do governo de Pernambuco na presidência de Manuel Zeferino dos Santos ao Ministro do império Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, em 26-07-1833, conforme nota 2.

¹¹ Cf. Idéias e ações restauracionistas que tramavam a separação entre as províncias do norte e do sudeste no artigo de Marco Morel. Caramurus, restauradores sem restauração. In: István Jancsó (Org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo/Ijuí: Hucitec/ Unijuí/ Fapesp, 2003.

¹² Relatório do Ministro da Guerra Antero José Ferreira de Brito do Anno de 1832, apresentado na Augusta Câmara dos senhores deputados na Sessão de 04/05/1833. Rio de Janeiro: Typographia de Geeffier E. G., 1833,p.8, capturado do site: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/guerra.html> (01/06/2005)

¹³ Ofício do governo de Pernambuco na presidência de Manuel Zeferino dos Santos ao Ministro do império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro sobre a situação da guerra (fraqueza das forças de Alagoas e problemas de abastecimento em 25-02-1833, conforme nota 2.

¹⁴ Idem.

Esta longa carta ainda fala da redução do soldo de 500 réis que provocou a indignação dos soldados e do Comandante de Armas, representando mais um fator de desestímulo às forças da legalidade que combatendo em um local de natureza hostil e desconhecida, sofriam com a falta de víveres, uniformes, munição, pagamentos em atraso e agora com a diminuição de sua única fonte de resarcimento por estarem longe do cultivo. Aliado a esse problema, a correspondência em junho do mesmo ano expõe um outro obstáculo à manutenção das tropas: a falsificação das moedas de cobre com quais se efetuava os pagamentos:

“Sabia eu q. no primeiro págtº feito a tropa, depois da saída do Come. Armas se tinha introduzido grande quantidade de moeda = chanchan =, e q. os homens do campo, logo q. forão pagos com ella, desertarão. (...) a força diminue de dia, em dia e de todo se teria aniquilado se já não tivesse mandado vir de Fernando tresentos e trinta homens”¹⁵.

Por isso o Ministro da Guerra apresenta em seu “Orçamento da Despesa do Ministério da Guerra para o Anno financeiro de 1834-1835” detalhadamente as seguintes quantias:

Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra	28:081U600
Conselho Supremo Militar	13:035U000
Commando de Armas	14:724U800
Estado Maior do Exercito, e Officiaes de Linha em Corpos, e Avulsos, compreendidos os da extinta 2ª Linha que tem Soldo	781:314U810
Corpo de Engenheiros	28:265U580
Corpos de Linha, e Companhias de Artífices	1,083:079U600
Divisões do Rio Doce em Minas Geraes, Divisão de Pedestres no Espírito santo, e Companhias de Ligeiros no Maranhão	54:991U540
Reformados	342:942U840
Empregados das Pagadorias das Tropas, menos no Rio de Janeiro	9:510U000
Academia Militar, e de Marinha	9:895U000
Arsenais de Guerra, e Armazéns de Deposito de Artigos Bellicos	237:130U000
Archivo Militar, e Officina Lithographica	3:475U000
Fabrica de Pólvora da Estrella	U
Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema	3:336U000
Hospitaes Regimentaes	33:016U000
Diversas outras Despezas	179:570U280

Fonte: *Orçamento da Despesa do Ministério da Guerra para o Anno financeiro de 1834-1835 feito por José Ignácio da Silva In: Relatório do Ministro da Guerra Antero José Ferreira de Brito do Anno de 1832, apresentado na Augusta Câmara dos senhores deputados na Sessão de 04/05/1833. Rio de Janeiro: Typographia de Geeffier E. G., 1833,p.9, capturado do site: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/harness/guerra.html> (01/06/2005)*

¹⁵ Ofício do governo de Pernambuco na presidência de Manuel Zeferino dos Santos ao Ministro do império Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho sobre a morte de Carapeba e a guerra de Panelas, em 25-05-1833, conforme nota 2.

De acordo com a tabela acima os recursos financeiros servem para possibilitar uma melhor organização à Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra, no sentido de planejar e executar junto aos órgãos militares competentes as ações necessárias para disciplinar o contingente militar envolvido em constantes sedições, bem como premiar aqueles que se destacassem por bons serviços prestados.

Ao Conselho de Guerra caberia justamente evitar a morosidade no julgamento dos processos militares em seus tribunais. Os Comandantes de Armas com seus respectivos ajudantes de Ordem, instalados em seis províncias, deveriam zelar pelo bom funcionamento dos quartéis. Sobre o Estado Maior do Exército e demais elementos da corporação, apesar do número excessivo, o Ministro que advoga em sua causa solicitando a concessão de vantagens para aqueles que demonstraram bom desempenho, propondo um planejamento para evitar o ócio militar e a “compra de patentes”.

Com relação ao Corpo de Engenheiros o Ministro adota posição diversa da anterior indicando uma proposta de substituição destes que só têm onerado os cofres e não tem executado os serviços necessários. Aos Corpos de Linha e Artífices o ministro refere-se a necessidade de uma maior organização destes que compreendem os Batalhões de Caçadores, Corpos de Cavalaria e Artilharia. Imperativo também indicado para as Divisões do Rio Doce (as quais alega o Ministro não conhecer suficientemente) e aponta uma solicitação de Goiás em constituir um batalhão de repressão aos “índios hostis” à exemplo do Maranhão. Ressalta a grande despesa dos reformados, mas também a contribuição destes à nação.

As Pagadorias são relatadas como produtoras de inconvenientes em várias províncias e por isso, aponta o Ministro em direção a uma proposta que deverá substituí-las. Apresenta o insucesso da fusão da Academia Militar e a de Marinha, ressaltando seus gastos e indicando a futura separação das duas instituições.

Solicita a regulação dos ordenados dos empregados dos Arsenais de Guerra do Pará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e dos encarregados dos Armazéns e Depósitos de outras Províncias, mostrando-se satisfeito com esses Arsenais e avaliando positivamente sua importância.

Sobre o Arquivo Militar fala de sua transferência para um local que abrigava o antigo hospital militar que possibilite seu melhor funcionamento e da aquisição de materiais inclusos na despesa.

O Ministro revela as esperanças do governo na Fábrica de Pólvora, esperando que esta venha a abastecer todo o império e por isso justifica os investimentos feitos, uma vez que desta proviriam lucros. Já com relação à Fábrica de Ferro, o ministro reclama dos gastos que serão necessários para a aquisição de terrenos adjacentes e propõe arrenda-la.

O ministro faz referência à substituição dos “hospitaes geraes” que não curavam os enfermos militares e ainda sobrecrejavam as despesas do orçamento, valorizando a substituição destes pelos “hospitaes regimentaes” e apontando a necessidade de se conceder as gratificações dos médicos. E incluso nas diversas outras despesas está a reforma dos edifícios militares e fortalezas em ruínas, indicando ainda os gastos com onze pensionistas que freqüentavam a Academia Médico-Cirúrgica recebendo uma quantia mensal.

Essas informações revelam a extrema preocupação do Ministério da Guerra em preparar as instituições que davam sustentação ao governo regencial nas províncias instáveis. Organização que além de contar com recursos financeiros da Fazenda, deveria investir permanentemente na disciplina das tropas para o sucesso dos combates contra os “inimigos do Império”. Essa visão é claramente exposta no relatório do Ministro da Guerra Antero José Ferreira de Brito (1833) na sessão ordinária de 1834 da Assembléia Legislativa: “E não estará por ventura evidentemente provada a necessidade que temos de huma força disciplinada, e adestrada para campanha, pela duração ainda da porfiosa luta de Panellas e Jacuipe, que tantos estragos tem cauzado?”¹⁶

Os valores relacionados revelam o alto investimento feito pelo Estado para manter as forças da ordem agindo contra a “sedução da desordem”, fosse esta proveniente das próprias fortalezas militares, de classes senhoriais aliadas a projetos restauradores ou do “populacho” (as camadas sociais populares formadas por pobres livres, índios e escravos) que encontrava brechas nas disputas políticas citadinas entre liberais moderados e exaltados para sublevar-se em busca de melhores condições de vida ou em represália a ações dos governantes consideradas “injustas”.

A cidade oferecia espaços mais propícios para o desenvolvimento de idéias contestatórias (devido á proximidade com o Porto enquanto porta de entrada para idéias diferenciadas no desembarque de estrangeiros e publicações européias); o campo transparecia a imagem de populações subjugadas pelo domínio senhorial desde os tempos coloniais.

Apesar da exaltação citadina, devido á politização das ruas insuflada pelos periódicos e panfletos de cunho doutrinário que defendiam correntes políticas moderadas, exaltadas e restauradoras¹⁷, o campo revelou-se também um foco de preocupação para os políticos da Corte. Por isso em 1841, falando em nome do Partido Conservador, Paulino

¹⁶ Relatório do Ministro da Guerra Antero José Ferreira de Brito do Anno de 1833, apresentado na Augusta Câmara dos senhores deputados na Sessão de 04/05/1834. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1834,p.7, capturado do site: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/guerra.html> (01/06/2005)

¹⁷ Cf. Marcello Otávio Néri Basile. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado PPGHIS – UFRJ, 2004; Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. In: *Revista TOPOI*: PPGHIS – UFRJ, vol.4, Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

José Soares de Souza apontou para os prejuízos regionais oriundos das idéias perigosas “das gentes do interior” que não se submetiam à lei ou à autoridade do governo estabelecido: “(Ésta) constituye una parte de la sociedad distinta de la de nuestros litorales y de muchas de nuestras ciudades, y se caracteriza principalmente por sus costumbres bárbaras, sus actos de ferocidad y sus crímenes horribles”¹⁸.

Também Justiniano José da Rocha, participante ativo na elaboração do modelo político do *Regresso*, descrevia a gente pobre do Brasil como a base da pirâmide social, ressaltando o “baixo nível de civilização dessa gente”, a ausência de uma crença moral, de uma fé religiosa, do amor ao trabalho, configurando um grupo “semi-nômade” provocador de distúrbios no período regencial e compondo assim uma ameaça à autoridade do governo, sendo ainda descritos como “proletários primitivos” em decorrência de sua indolência para o trabalho, portanto necessitando o governo exercer um controle eficaz sobre estes homens livres e pobres que não atendem aos estímulos do progresso material.¹⁹

Dessa forma, a representação política na capital do Império defendia os interesses dos grandes latifundiários, ou seja, da elite agrária que muito havia perdido com as revoltas populares da primeira metade do oitocentos. Por isso ao relatar a “mui longa duração” da guerra de Panellas e Jacuípe o presidente de Pernambuco refere-se aos saques realizados por bandos estimulados pela ação cabana nas matas por entre os rios de Ipojuca e Serinhaem, ligando-se ao rio Una. Afirma que disponibilizou forças para promover a dispersão dos “criminosos”, porém ao reunir mais homens para bater as matas e obrigar uma dispersão total:

“(...) isso com tudo traz comigo a mina da agricultura p. andarem os habitantes pacíficos, e trabalhadores empregados no serviço da guerra, quando devião estar nos da cultura das terras, e alem disso conserva em sustos os emprehendedores capitalistas, e comerciantes, o q. mtº afecta as Rendas Públicas”²⁰.

No movimento cabano de Pernambuco e Alagoas a situação havia adquirido uma dimensão de gravidade nacional ao apreender dois pontos decisivos para a economia agro-exportadora: a posse de terras por “livres” e a “liberdade” de escravos.

Os livres em questão eram compostos por moradores, lavradores e índios que aproveitando o jogo de forças entre os fazendeiros da região em luta pelo poder²¹ inserem-se nas brechas abertas pela guerra cabana para assegurar a posse de uma pequena parcela de terra entre as matas onde se realizava o conflito. Procuram manter nestas áreas

¹⁸ Cf. Thomas Flory. *El Juez de Paz y el jurado em el Brasil Imperial, 1808-1871. Control social y estabilidad política em el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1986, p. 238.

¹⁹ Idem, p.239.

²⁰ Ofício do governo de Pernambuco na presidência de Manuel Zeferino dos Santos ao Ministro do império Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho sobre a morte de Carapeba e a guerra de Panelas, em 25-05-1833, conforme nota 2.

²¹ Referindo-se ao início da cabanada liderada por senhores de engenho restauracionistas como Torres Galindo.

arraiais para o cultivo do milho, da mandioca e a criação de animais. Porém, isso não ocorre sem contestação por parte dos senhores de engenho que se sentem desafiados em seu poder, pois de acordo com Márcia Motta:

“Os fazendeiros estavam preocupados em assegurar suas terras, advindas de formas variadas de aquisição: por sesmarias, por compra, por mero apossamento. O que importava, no entanto, era que eles se consideravam senhores e possuidores de suas terras e não admitiam que alguém viesse a questionar a extensão de sua área, ocupando parcelas de terras, sem a sua devida autorização. Mas, a existência de matas virgens nas fronteiras das grandes fazendas era uma realidade. Para os fazendeiros, elas eram parte integrante de seu domínio, mas para os pequenos posseiros elas eram apenas matas virgens, parcelas de terra passíveis de serem apossadas”²².

Eram estas áreas de antigos mocambos, que abrigara diversos quilombos no período colonial, sendo o mais famoso deles: o Quilombo dos Palmares. Ainda Tollenare observou no sul de Pernambuco em 1817 uma formação camponesa no interior do sistema agrário composta por arraiais que além de seus roçados complementavam sua economia primitiva com frutos comestíveis das matas²³. Logo, os habitantes livres da região entendiam ser este um costume tradicional de posse por ocupação efetiva com suas cabanas²⁴.

Ainda sobre a questão da posse da terra, um outro elemento misturava-se a essa reivindicação armada que era a participação de escravos que lutavam na cabanada para manter terra e liberdade. Eram, pois, herdeiros de Zumbi, ocupando a mesma região. Por isso, em 1834 quando há o enfraquecimento dos combatentes devido à deserção dos componentes “livres”, são os negros fugidos da ordem escravocrata que mantêm a resistência nas matas e a salva-guarda de seu líder Vicente Ferreira de Paula. Formam a sua “Guarda Negra” e seus mocambos nas matas, sendo fontes de preocupação para as autoridades provinciais em sua correspondência com a Corte: “(...) Consta-me q. de novo aparecem nas mattas da Cova da Onça alguns bandos de escravos fugidos: e em consequência tenho recomendado as diligencias próprias para serem aprehendidos”.²⁵

E mais do que isolados nas matas, o contingente ofensivo desses mocambos negros atacavam os engenhos para libertar outros escravos²⁶, aumentando de forma significativa o

²² Márcia Maria Menendez Motta. *Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p.104.

²³ L. F. Tollenare. *Notas Dominicais*. Salvador: Editora Progresso, 1956.

²⁴ Segundo Thompson, as pessoas que se sublevavam, em seus estudos sobre a Inglaterra no século XVIII, viam a legitimação de suas ações no fato de serem inspiradas pela crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais e, em termos gerais, de que eram apoiados por um forte consenso da comunidade. E. P. Thompson. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. pp. 150-202.

²⁵ Ofício do governo de Pernambuco na Presidência de Manuel de Carvalho Pais de Andrade ao Ministro do Império Antônio Pinto Chichorro da Gama sobre o estado da guerra dos cabanos e formação de quilombo em Cova da Onça, em 29-11-1834, conforme nota 2.

²⁶ Segundo Lindoso: “Com a falta de vigilância nas matas, e suspendido o cerco, grupos guerrilheiros cabanos passaram a atacar os engenhos inimigos, chegando a destruir dois deles: Cova da Onça e Pau d’Arco. Porto Calvo era outra vez ameaçado pela proximidade das guerrilhas cabanas, que operavam nas matas mais

número de escravos em fuga, fora da lógica de produção capitalista, e fragilizando dessa forma não somente a disciplina necessária ao domínio senhorial sobre terras e homens, mas a própria economia açucareira da região fronteiriça. Segundo José Maia Bezerra Neto: “os fazendeiros, como tantos outros cidadãos, sabiam que os mocambos funcionavam como verdadeiros pólos magnéticos sobre a escravaria, seduzindo-os do serviço dos senhores em prejuízo das rendas nacionais, assentadas no trabalho agrícola”.²⁷

Mesmo com a pressão inglesa para a interrupção do tráfico atlântico de escravos para o Brasil a idéia de que a escravidão seria provisória e negativa reduziu sua intensidade à partir da década de 1830, quando a alta dos preços dos escravos atingiu proporções elevadas fazendo com que os fazendeiros avaliassem o ganho obtido sobre o custo do escravo e o tempo de permanência deste em cativeiro exercendo funções produtivas. Ora, a fuga incidia diretamente sobre as expectativas de lucratividade senhorial, porém era a única alternativa vislumbrada para a libertação uma estrutura odiosa aos cativos. Em seu trabalho sobre as alforrias no Rio de Janeiro, o professor Manolo Florentino expõe que:

“(...) a alta dos preços dos escravos representou elemento fundamental para o afunilamento dos caminhos para a liberdade. Tomando-se a evolução do valor nominal do escravo típico – um homem entre 15 e 40 anos de idade –, observa-se haver seu preço dobrado entre o final do século XVIII e a década de 1820, o que novamente se repetiu nos anos 30”²⁸.

Assim, os negros papa-méis assumiam o risco de uma morte em combate, porém preservando sua liberdade insurrecional até o último instante, à retornar para o espaço de sofrimento dos plantéis dos engenhos. Despossuídos oficialmente de terras e riquezas, constituíram no Riacho do Mato (região fronteiriça de Pernambuco com Alagoas) um espaço de liberdade possível para sobreviver de sua economia de coleta e roçados, além de praticar costumes diferenciados dos brancos portugueses, como o despike (troca de mulheres) que permitia a reprodução do grupo mocambeiro.

Diferentemente de movimentos posteriores, já na República, como Canudos ou Contestado, os cabanos do norte do Brasil (no período do conflito ainda não se utilizava a designação nordeste) não foram “arrasados” pelas forças do governo que para por fim à contenda não os importunou até 1850, quando numa emboscada o líder Vicente Ferreira de Paula foi aprisionado. Coincidemente ou não, neste mesmo ano se promulgariam duas importantes leis: aquela que cessaria do tráfico atlântico e a Lei de Terras que iria pôr fim às

próximas”. In: *A utopia armada. Rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832 – 1850)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.408.

²⁷ José Maia Bezerra Neto. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na província do Grão-Pará – 1840/1860 In: *TOPOI, PPGHIS – UFRJ*, vol.2, Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.p.92

²⁸ Manolo Florentino. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. In: *TOPOI, PPGHIS – UFRJ*, vol.5, Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.p.15

esperanças das “gentes pobres” de legitimar sua posse sobre terras devolutas, ou matas incultas.

A dívida de sangue era afinal cobrada...